Dia Mundial das Cidades 31 Outubro

CIDADE MELHOR, VIDA MELHOR

Governação Inovadora, Cidades Abertas

Política Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo

PNOTU

Cidade da Praia, Cabo Verde, 31/10/2017

UN-HABITAT
FOR A BETTER URBAN FUTURE

CABO VERDE

ESTRATÉGIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA AGENDA URBANA EM CABO VERDE

PRESENÇA DO UN-HABITAT NO PAÍS
PRODUTOS INICIAIS:
UN-HABITAT PRESENCE AT COUNTRY LEVEL
FOUNDATIONAL DELIVERABLES:

POLÍTICA NACIONAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO
NATIONAL URBAN AND TERRITORIAL DEVELOPMENT POLICY (PNOTU)

DOCUMENTO DO PROGRAMA-PAÍS DO UN-HABITAT
HABITAT COUNTRY PROGRAMME DOCUMENT

PROGRAMA PARTICIPATIVO DE MELHORIA DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS
PARTICIPATORY SLUM UPGRADING PROGRAMME

UN-HABITAT
FOR A BETTER URBAN FUTURE

PLATAFORMA PNOTU - PPMAI -PPAÍS
NUP - PSUP - HCPD PLATFORM

Política Nacional de Ordenamento do Território e do Urbanismo

3 dimensões:

jurídico-legal, institucional e socioeconómico-espacial.

Objetiva **guiar o desenvolvimento territorial e urbano de Cabo Verde com uma visão de 15-20 anos** para que o desenvolvimento se realize dentro dos princípios estabelecidos na sua **Constituição** e os regimes internacionais nos quais Cabo Verde faz parte: a **Agenda de Desenvolvimento Sustentável para 2030** e a **Nova Agenda Urbana para 2036**.

7 áreas estratégicas de intervenção

GOVERNAÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL E URBANA	LEGISLAÇÃO TERRITORIAL E URBANA	PLANEAMENTO TERRITORIAL E URBANO	TERRA	PROSPERIDADE DAS CIDADES E FINANÇAS MUNICIPAIS	INCLUSÃO SOCIAL E ERRADICAÇÃO DA POBREZA NAS CIDADES	SUSTENTABILIDADE E RESILIÊNCIA TERRITORIAL E URBANA

POLÍTICA NACIONAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO
NATIONAL URBAN AND TERRITORIAL DEVELOPMENT POLICY

DIAGNÓSTICO PNU/ NUP DIAGNOSTIC

CARACTERIZAÇÃO/ CHARACTERIZATION

- Normas Costitucionais / Constitutional Norms
- Leis e decretos nacionais / National laws and decrees
- Leis internacionais / International law
- Matriz de mapeamento institucional / Institutional mapping matrix
- Matriz de mapeamento de actores relevantes / Stakeholders mapping matrix
- Matriz de reforço municipal gradual / Matrix of incremental municipal strengthening
- Perfil Nacionais / Nacional Profile
- Perfis Municipais / Municipal Profiles

ANÁLISE E DISCUSSÃO/ ANALYSIS AND DISCUSSION

- Matriz de legislação urbana / Urban legislation matrix
- Nova orgânica para gestão da urbanização / Participatory urban governance framework
- DNOT-EROTs / Spatial Development Strategy
- Planos Diretores Municipais / Municipal Master Plan

VALIDAÇÃO/ VALIDATION

- Participação da sociedade civil / Civil society engagement
- Validação técnica / Technical validation
- Anuência política / Political endorsment
- Consulta de actores relevantes / Multi-stakeholder consultation

FORUM NACIONAL URBANO / NATIONAL URBAN FORUM

PLATAFORMA PNOTU - PPMAI - P-PAÍS
NUP - PSUP - HCPD PLATFORM

UN HABITAT FOR A BETTER URBAN FUTURE

1. PLANEAMENTO TERRITORIAL E URBANO

SIMPLIFICAÇÃO DO SISTEMA DE PLANEAMENTO TERRITORIAL E URBANO

- Reforço da DNOT, EROTs e dos PDMs, até chegar a escala do pormenor
- Novos paradigmas para os demais instrumentos

1. PLANEAMENTO TERRITORIAL E URBANO (cont.)

CAPACITAÇÃO DOS QUADROS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS E DO INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DO TERRITÓRIO (on-the-job)

OBRIGATORIEDADE DE AUSCULTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NOS PLANOS TERRITORIAIS

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planeamento e a gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No nível estratégico nacional

Com vista a facilitar a implementação da PNOTU, é preciso elaborar uma **Estratégia de Desenvolvimento Espacial (EDE)** através dum processo consultativo e científico, incluindo:

- A identificação de **polos de desenvolvimento** com base na análise das **funções socio-económicas dos centros urbanos** e, no geral, da **vocação das diferentes ilhas**;
- O reforço das **ligações inter e intra-insulares** primárias e secundárias;
- Respondendo às perguntas básicas: **Onde investir? Quando? Porquê?** Por exemplo: como criar condições económicas favoráveis, gerar emprego e oportunidades, e ao mesmo tempo garantir um desenvolvimento social, territorial e ambientalmente sustentável ?

Exemplos de Estratégias de Desenvolvimento Espacial no mundo

EDE da Olanda

EDE do Líbano

Ao quê sirviria uma EDE em Cabo Verde?

A EDE deveria permitir:

- a visualização espacial das **dinámicas territoriais e migratorias**, uma **melhor articulação dos investimentos**, o **reforço das vocações das diferentes ilhas**, e a identificação de uma **estrutura espacial para cada ilha** (estabelecimento de uma rede de centros urbanos)
- A harmonização do **planeamento** com a **orcamentação** aos vários níveis
- A monitoria da **performance dos centros urbanos** de acordo com as políticas definidas

A Matrix das Funções

Funções básicas **Funções intermedias** **Funções raras**

Hierarquização dos centros urbanos de acordo com as funções existentes

A Matrix das Funções (cont.)

2. TERRA

REFORÇO DA CAPACIDADE MUNICIPAL NA GESTÃO FUNDIÁRIA E NO CADASTRO

GARANTIR A EFECTIVA SEGURANÇA DE POSSE

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Segurança de Posse

Disponibilidade de serviços, equipamentos e infraestruturas

2. TERRA (cont.)

MECANISMOS DE BASE FUNDIÁRIA PARA FINANCIAMENTO DA URBANIZAÇÃO

3. LEGISLAÇÃO TERRITORIAL E URBANA

REVISÃO ARTICULADA E HARMONIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS LEIS DO REGIME DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO URBANÍSTICO

QUADRO LEGAL QUE FACILITA UM PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO URBANO MAIS EQUITATIVO E ADAPTADO À REALIDADE DE CABO VERDE

DISSEMINAÇÃO E TREINAMENTO

4. GOVERNAÇÃO & GESTÃO URBANA E TERRITORIAL

COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL HORIZONTAL (i.e. inter-sectorial) E VERTICAL (i.e. decentralizada)

CONSOLIDAÇÃO DE MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO

APROFUNDAMENTO DAS COMPETÊNCIAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO URBANISMO

INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DO TERRITÓRIO COM CARÁCTER MAIS TÉCNICO

5. FINANÇAS MUNICIPAIS & PROSPERIDADE DAS CIDADES

INSTRUMENTOS REDISTRIBUTIVOS E CO-PARTICIPATIVOS DE TRIBUTAÇÃO SOBRE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS

FORTALECIMENTO E CAPACITAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS NO DOMÍNIO TRIBUTÁRIO E ORÇAMENTAL

MELHORIA DA ECONOMIA URBANA ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE EMPREGO E DE GERAÇÃO DE RENDIMENTO

6. INCLUSÃO SOCIAL & ERRADICAÇÃO DA POBREZA URBANA

PLANO NACIONAL PARA MELHORIA DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS
- Dupla abordagem: corretiva e preventiva

REQUALIFICAÇÃO DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS

AUTOCONSTRUÇÃO DIRIGIDA E ASSISTIDA

HABITAÇÃO SOCIAL VERTICAL (NO CENTRO)

7. SUSTENTABILIDADE & RESILIÊNCIA URBANA

MAPEAMENTO DOS RISCOS NAS CIDADES CABO-VERDIANAS

INTEGRAÇÃO DA RESILIÊNCIA URBANA E DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO SISTEMA DE PLANEAMENTO FÍSICO-TERRITORIAL

7. SUSTENTABILIDADE & RESILIÊNCIA URBANA

MAPEAMENTO DOS RISCOS NAS CIDADES CABO-VERDIANAS

INTEGRAÇÃO DA RESILIÊNCIA URBANA E DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO SISTEMA DE PLANEAMENTO FÍSICO-TERRITORIAL

DESENVOLVIMENTO DE QUADROS ESTRATÉGICOS DE AÇÕES PARA A RESILIÊNCIA

7. SUSTENTABILIDADE & RESILIÊNCIA URBANA

MAPEAMENTO DOS RISCOS NAS CIDADES CABO-VERDIANAS

INTEGRAÇÃO DA RESILIÊNCIA URBANA E DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO SISTEMA DE PLANEAMENTO FÍSICO-TERRITORIAL

DESENVOLVIMENTO DE QUADROS ESTRATÉGICOS DE AÇÕES PARA A RESILIÊNCIA

PRINCÍPIOS DA SUSTENTABILIDADE, DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, DA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA E DE PRODUÇÃO DE RESÍDUOS NO CÓDIGO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES

Ventilação
Áreas e dimensões mínimas exigidas para ventilação.

Iluminação
Áreas e dimensões mínimas exigidas para iluminação.

Ambientes
Áreas e dimensões mínimas exigidas para funcionalidade e conforto dos espaços.

Distribuição de Água por gravidade
Sistema de distribuição de água com reservatórios superiores de abastecimento e reserva de incêndio.

Quantidade mínima número de vagas de parqueamento
Número mínimo de vagas de parqueamento necessário para cada tipologia de uso da edificação.

Cálculo de tráfego de elevadores
Número mínimo de elevadores necessário para o tráfego de pessoas por tipologia de uso da edificação.

Saídas de Emergência
Número mínimo de saídas de emergência das edificações bem como distâncias máximas destas.

Dimensionamento da Circulação vertical
Os degraus e espelhos de uma escada devem ter tamanhos que permitam um caminhar confortável e seguro, inclusive durante emergências.

7. SUSTENTABILIDADE & RESILIÊNCIA URBANA

MAPEAMENTO DOS RISCOS NAS CIDADES CABO-VERDIANAS

INTEGRAÇÃO DA RESILIÊNCIA URBANA E DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO SISTEMA DE PLANEAMENTO FÍSICO-TERRITORIAL

DESENVOLVIMENTO DE QUADROS ESTRATÉGICOS DE AÇÕES PARA A RESILIÊNCIA

PRINCÍPIOS DA SUSTENTABILIDADE, DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, DA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA E DE PRODUÇÃO DE RESÍDUOS NO CÓDIGO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES

INCENTIVO A PRÁTICAS URBANAS E ARQUITETÓNICAS SUSTENTÁVEIS

URBAN LEDS
URBAN LOW EMISSION DEVELOPMENT STRATEGIES

Greener Cities Partnership

A execução de obras, incluindo os serviços preparatórios e complementares, suas instalações e equipamentos, **será procedida de forma a obedecer ao projeto aprovado e aos princípios do direito de vizinhança e do direito trabalhista** , a fim de **garantir a segurança e a integridade dos trabalhadores, da comunidade, das propriedades e dos logradouros públicos.**

Durante a execução das obras será obrigatória a **manutenção do passeio desobstruído e em perfeitas condições** sendo vedada sua utilização, ainda que temporária, como canteiro de obras ou para carga e descarga de materiais de construção.

Nenhum elemento do canteiro de obras poderá prejudicar a arborização da rua, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais de trânsito, e outras instalações de interesse público.

Para organizar o passeio público, a administração municipal deve definir um padrão a ser seguido para a **execução dos passeios da cidade, definidos pelo Regulamento da LBGOTU sobre padrões mínimos para infraestrutura urbana, espaços e equipamentos público**. É importante construir, recuperar e manter as calçadas da cidade em bom estado de conservação.

Regulamentar o uso de Equipamentos de Proteção durante a Obra
Os equipamentos de proteção individual (EPIs) são ferramentas de trabalho que visam proteger a saúde do trabalhador e reduzir os riscos de intoxicações decorrentes de determinada exposição.

Medidas de combate a poluição sonora
É vedada a emissão de sons de quaisquer espécies, produzidos por quaisquer meios, que perturbem o bem-estar e sossego público;
Estabelecer horários de funcionamento de obras.

ONU HABITAT

POR UM FUTURO URBANO MELHOR

CABO VERDE

www.facebook.com/ONUhabitatCaboVerde

IMPLEMENTANDO A NOVA AGENDA URBANA

OUTUBRO Urbano

31 DIAS PARA PROMOVER UM FUTURO URBANO MELHOR

Nações Unidas